



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A CONCEPÇÃO DE PALMAS(1989) E SUA GENERALIDADE: URBANISMO E CAPITALIDADE NA HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DE NOVAS CIDADES

Ana Beatriz Araujo Velasques (UFT) - biavelasques@uft.edu.br
Arquiteta e Urbanista (UFF), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), Doutora em Urbanismo (PROURB-UFRJ), Professora Adjunta Universidade Federal do Tocantins

Introdução

A complexidade inerente à história do urbanismo pode ser traduzida pela coexistência de tensões e diálogos entre dimensões, a princípio, antagônicas, como técnica e arte, racionalidade e subjetividade, passado e presente, ética e liberdade, ruptura e continuidade, concreto e abstrato, discurso e realização, teoria e ação. Mas a presença deste antagonismo também revela uma permanente relação de complementaridade, cujo reconhecimento permitiu notáveis avanços no entendimento sobre o processo de gênese, transformação e permanência atrelado às cidades.

Neste sentido, o presente artigo busca trazer para o debate um caso particular de “projeto de cidade”, qual seja, as idéias e fundamentos comumente verificados nas ações criadoras de cidades-capitais na história – originadas a partir de um desenho urbanístico e algumas diretrizes de planejamento da ocupação de seus territórios – e o papel de destaque exercido pela determinação política, com vistas a identificar tais bases no caso da concepção da última capital projetada do século XX, Palmas (1989), localizada no estado do Tocantins, Brasil.

Evidentemente, as especificidades desta concepção em relação ao seu tempo e ao seu lugar são relevantes e estão intimamente relacionadas ao tema proposto. No entanto, o aprofundamento sobre este recorte visa contribuir mais detidamente sobre a conceituação, realizações exemplares e o enquadramento do caso de Palmas nos aspectos que definem a criação de novas capitais a partir da instigante visão de Lacaze (1992) sobre o urbanismo como um ato de poder.

Pretendemos, dessa forma, discutir os projetos de novas cidades segundo sua intencionalidade, a influência de experiências históricas e das orientações ideológicas norteadoras, procurando compreender como o caso de Palmas se situa no seu tempo e no seu lugar.

Urbanismo e novas cidades-capitais: uma relação de poder

Muitos autores têm se dedicado à complexidade que envolve a definição do urbanismo como campo temático, científico e relativo à prática profissional. Assim o fizeram, de várias maneiras, cada qual imbuído de seus sentidos de época, inserção político-ideológica específica e visão sobre o que foi construído e projetado para os aglomerados urbanos.

Podemos ainda encontrar conteúdos explicativos mais amplos que almejam a estruturação de um campo temático efetivo, no qual o urbanismo buscaria compreender e

analisar os processos econômicos e sociais que se rebatem sobre o espaço urbano, em síntese, tratar-se-ia de uma forma de administração dos valores urbanos; no que tange ao seu aspecto sociológico, tenderia a identificar estruturas sociais e seus desdobramentos possíveis no espaço; a partir de uma perspectiva histórica, compreenderia os sistemas sociais no tempo, nas perspectivas de passado e futuro; e, finalmente, sob o viés estético, corresponderia às determinações formais da configuração espacial urbana.

Sob essa perspectiva global, o urbanismo trata da existência humana como existência social sobre um espaço urbano que pode ser projetado ou em um ambiente urbano a ser condicionado. Como sintetiza Rossi (2001), o urbanismo e a sua história tratam da construção da cidade no tempo, ou seja, da criação do ambiente em que a sociedade vive. Portanto, para efeito de nossa pesquisa, torna-se fundamental a tentativa de caracterizar a sociedade à época da elaboração do projeto de Palmas, bem como seus desdobramentos nos vários campos da vida humana.

A atividade do urbanismo, segundo Lacaze (1992), busca prioritariamente um planejamento intencionado, que se conjuga a uma experiência histórica amadurecida e a uma orientação ideológica bem definida. Nesse percurso, o problema político-ideológico da cidade diz respeito precisamente a um problema de escolha a qual é tornada realidade através da própria idéia de cidade, ou seja: a história das cidades ideais e das utopias urbanas. Complementando, Argan (1998) reitera que “sempre existe uma cidade ideal dentro ou sobre a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos (...) a chamada cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real.” (p.73)

Por conseguinte, a definição de nosso pressuposto teórico contribuiu para estruturar, de uma forma geral, nossa visão de urbanismo, particularmente direcionada aos projetos para novas capitais. Nestes termos, cumpre sublinhar a contribuição de Rezende (2002), para quem “um projeto de cidade está vinculado historicamente àquela sociedade, naquele momento” (p. 257) que retrata seu aspecto ideológico através da incessante “(...) busca da cidade ideal, sem problemas físicos ou sociais, [que] é apresentada como uma possibilidade real desde que sejam seguidas as proposições de caráter físico”. (p.260)

No âmbito estrito da origem das novas capitais, desde as intenções políticas e econômicas preliminares até o desenho que ditará o controle de um espaço natural e seu arranjo formal pensado para abrigar todas as funções urbanas, o ato de decidir como milhares de pessoas irão viver a partir de sua fundação revela uma das facetas do “urbanismo como um ato de poder”. O desenho de origem de uma nova cidade (projeto), conjuntamente com o seu controle futuro (planejamento), encerram duas ações implícitas ao domínio das transformações do território que suporta a sociedade e suas relações. As novas cidades ou cidades-capitais criadas a partir de projetos urbanísticos possuem suas origens

datadas – sem história urbana precedente – e seus habitantes buscam se ajustar ao seu desenho, previamente estabelecido pelo(s) seu(s) autor(es).

Todavia, a complexidade das demandas inerentes ao projeto de uma nova cidade que correspondem à organização do trabalho, da produção, higiene, conforto; à moralidade da habitação; às manifestações da vida política e cultural, intelectual e física; à conservação de certos valores tradicionais, enfim, são exigências independentes e até contraditórias entre si, a ponto de não serem passíveis de conciliação, salvo por compromisso. “Mas, sobre a mesa do urbanista, cada uma delas se reduz a valores de espaço e somente recorrendo a uma concepção espacial unitária encontram um denominador comum” (ARGAN, 1983, p.85)

Um dos principais problemas do urbanismo suscitado por Lacaze (1992) reside “(...) no momento em que alguém, com ou sem razão, estima ser necessário iniciar ou provocar uma ação para transformar (ou criar) os modos de utilização do espaço e chegar a uma ‘situação julgada preferível’ [ou desejável]” (p. 12). E complementa: “(...) a maneira de efetuar as escolhas e, conseqüentemente, os critérios de decisão, são centrais e fundadores da especificidade de uma conduta de urbanismo” (idem, ibidem). Tal “conduta de urbanismo”, nada mais significa que a postura ideológica pessoal e profissional que o urbanista adota para si próprio.

Em complemento a esses registros iniciais, cumpre frisar que a elaboração de projetos para novas cidades-capitais compreende uma das atividades mais antigas do urbanismo, cujo intuito maior é a definição física da organização espacial de uma cidade – ainda que não seja uma cidade qualquer – pois trata-se da criação de um espaço administrativo com a finalidade de abrigar o centro do poder político e econômico de um país ou determinada região, impondo-lhe uma imagem com forte identidade e estabelecendo localizações e comunicações. Neste caso, para efeito de entendimento do conceito de cidade-capital, destacamos as definições de Mumford (1991), Roncayolo (1990) e Argan (1983):

[a cidade-capital] apresenta-se como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de uma herança social acumulada (MUMFORD, 1991, p.38);

A noção de cidade implica a aglomeração de uma população, ou seja a concentração das habitações e das atividades; atividades que se distinguem da exploração direta do solo, conduzem a especialização das funções e contribuem sobretudo às trocas e à formação de uma sociedade; um modo de vida ou formas de sociabilidade particulares; uma ocupação dos espaços e objetos urbanos que correspondem a uma determinada organização coletiva (RONCAYOLO, 1990, p. 29);

A capital, — transcendendo o antigo caráter municipal —, torna-se [na era Moderna] o centro político do Estado nacional unificado por uma soberania crescentemente absolutista que implica a conjugação com seu corpo, territórios submetidos a seu comando (ARGAN, 1983, p. 30).

Sobre o debate em questão, Galantay (1975) ganha destaque ao explorar o tema específico das “novas cidades-capitais”. Para o autor, novas cidades são “comunidades criadas conscientemente em resposta a objetivos claramente formulados” (p.15). A criação destes espaços urbanos é entendida em consonância com os demais citados, como “atos de poder”, fruto de decisões, pressupondo a atuação de uma autoridade ou organização forte que reúna os recursos necessários e exerça um controle da sua ocupação.

A capital possui uma importância que não pode ser medida apenas pelo volume de comércio ou indústria, por sua extensão territorial ou PIB como geralmente cabe às cidades em geral, mas como cabeça pensante da região ou do país onde seus problemas, suas aspirações, seus projetos – sejam eles “sonhadores” ou “realistas” – bem como as vicissitudes de sua vida multiforme interessam a toda sociedade política que se reflete neste espaço. A capital, portanto, encerra um instrumento político por excelência (PENNA, 1958). A mudança ou a criação de uma nova capital constitui-se em um acontecimento que marca o destino de uma determinada sociedade.

Ao longo da história da humanidade, a criação de novas cidades segundo diferentes finalidades tem sido contínua, embora com fortes variações, alternando entre momentos de estagnação e de *boom*, geralmente atreladas às mudanças econômicas e sociais periódicas. Galantay (1975) identifica e classifica estes momentos na Modernidade em três fases gradualmente mais urbanizadas: a) o Mercantilismo, com a criação de cidades coloniais; b) a Industrialização, com a criação de cidades industriais; e, c) a Terceirização, numa fase pós-industrial, com o objetivo de descongestionar as grandes cidades.

Em linhas gerais, a criação de novas cidades-capitais é motivada pela criação de novos estados – determinação essencialmente política – ou por necessidade de transposição da sede governamental, relacionado à economia e gestão territorial. As novas capitais podem se instalar em áreas virgens ou se justaporem a uma cidade pré-existente, e ao impactarem a economia regional, demandam a construção de novas vias de comunicação e novos assentamentos.

Ainda de acordo com Galantay (1975), “um governo novo que persiga uma política de modernização, pode julgar aconselhável abandonar uma capital excessivamente identificada com as tradições e inércia de um antigo regime” (p.22). Sob esta ótica, o autor enquadra as novas cidades criadas na América Latina, África e Ásia ao longo do século XX, na fase Industrial “com atraso”, de acordo com a classificação acima. Logo, serviriam para seus países como “instrumentos de modernização forçada” (p.18).

Para Vale (1992) as cidades-capitais podem ser categorizadas de várias formas, principalmente como capitais naturais ou capitais artificiais – conceitos dicotômicos extraídos da geografia histórica francesa. As primeiras dizem respeito a uma situação em que as sedes do poder se estabelecem desde sua origem em uma cidade pré-existente, onde a formação urbana foi espontaneamente determinada por fatores naturais como relevo, bacias hidrográficas ou mesmo cruzamento de vias importantes e pontos de trocas comerciais que foram adquirindo importância econômica progressivamente e atraindo cada vez mais população. O processo de formação e ocupação urbana acontece mais lentamente e resulta da combinação de fenômenos sociais geralmente complexos e por vezes contraditórios.

Penna (1958) recupera o conceito de capital artificial², definindo-a como um espaço criado a partir do trabalho humano sobre uma área sem precedente histórico-urbanístico, à luz de uma decisão política que transcende quaisquer critérios técnicos de localização referente à escolha de um sítio adequado. Assim, a capital artificial, juntamente com o “fundador” e seus objetivos de natureza política estão intimamente ligados. Enquanto a capital natural nasce diretamente sobre o terreno, a capital artificial nasce sobre o mapa e, posteriormente, é transportada para o terreno.

Na maioria dos casos, as novas capitais de países ou regiões são planejadas, fruto da ação combinada de três fatores: significativa mudança de ordem econômica e/ou social, exercício do poder político e disponibilidade de áreas não ocupadas – cujo princípio fundador baseia-se na função unificadora para o país ou a região, localizando-se preferencialmente em um sítio com posição central às demais cidades importantes.

De acordo com Galantay (1975), as novas capitais obedecem ainda a um conjunto de critérios que avalia suas distintas posições geográficas, resultando na seguinte classificação:

- a) marítimas – localizadas no litoral. São menos comuns devido à vulnerabilidade, apesar de facilitar o comércio e o transporte pelas águas;
- b) penemarítimas – localizadas próximas ao litoral, ainda que não haja a presença de estrutura portuária. São consideradas adequadas, sobretudo quando são avaliadas as vantagens comerciais e as desvantagens provenientes da vulnerabilidade litorânea. Aparecem com maior constância na Europa. E,
- c) continentais – localizadas no interior, onde as intenções que prevalecem são as de conquista e defesa do território. Possui muitos exemplares no continente americano.

A proposição de uma nova capital revela uma realização urbanística, antes de tudo, simbólica, pautada no sentimento de orgulho e referência. Como tal, é pensada para ser bela, digna e dotada de magnificência arquitetônica. Neste contexto, para Mumford (1945),

“[a capital] simultaneamente é uma vantagem para a vida comum e um símbolo daqueles propósitos coletivos que brotam em circunstâncias favoráveis. Juntamente com o idioma, ela é, e continuará sendo, a maior obra de arte do Homem”.

No entanto, constatamos que nenhum esquema taxionômico faria justiça à complexidade de forças que origina este tipo de cidade, ainda que nos auxiliem no seu entendimento como objeto científico. Para o supracitado autor, os exemplares mais importantes de novas cidades-capitais planejadas até a década de 1960 são Washington e Canberra, no período pós-Colonial, e Chandigarh e Brasília, no período pós-Guerras.

Galantay (1975) realiza um breve panorama histórico demonstrando que o planejamento para a construção de novas cidades-capitais intencionalmente, remonta a 1500 anos antes de Cristo (a.C.). Àquela época, as motivações mais presentes nos governantes para a construção de novas capitais eram a superstição, o prestígio e a estratégia. Foram os casos de Akhetatón (475-1358), capital de Tebas e outras cidades na Mesopotâmia no século VIII a.C., como Dur Sharrukin e Borsipa. Alexandria, no Egito, foi projetada em 331 a.C. para uma população de 300.000 habitantes, em planta quadriculada com ruas amplas. Este traçado ortogonal prevaleceu no Oriente Médio, à exceção de Gur (futura Bagdá) em planta circular que simbolizava o relógio solar.

A partir de referências clássicas podemos destacar a fundação de novas cidades para os romanos, chamadas de *castrum*, cujo traçado urbano principal igualmente surgia do encontro de duas grandes vias que se cruzavam formando uma cruz, ponto no qual se localizava o fórum, com seus edifícios públicos monumentais, fechando-se em um espaço público auto-contido pelo conjunto. Os quarteirões resultantes do traçado quadriculado originados a partir dos dois eixos principais frequentemente adotavam a forma quadrada, privilegiada frente a uma estratégia defensiva de proteção, pois seria mais difícil de ser envolvida que a forma circular. Ademais, constituíam-se em critérios para a escolha do local e configuração destas novas cidades elementos como a salubridade, a exposição ao sol e aos ventos, bem como a umidade do solo.

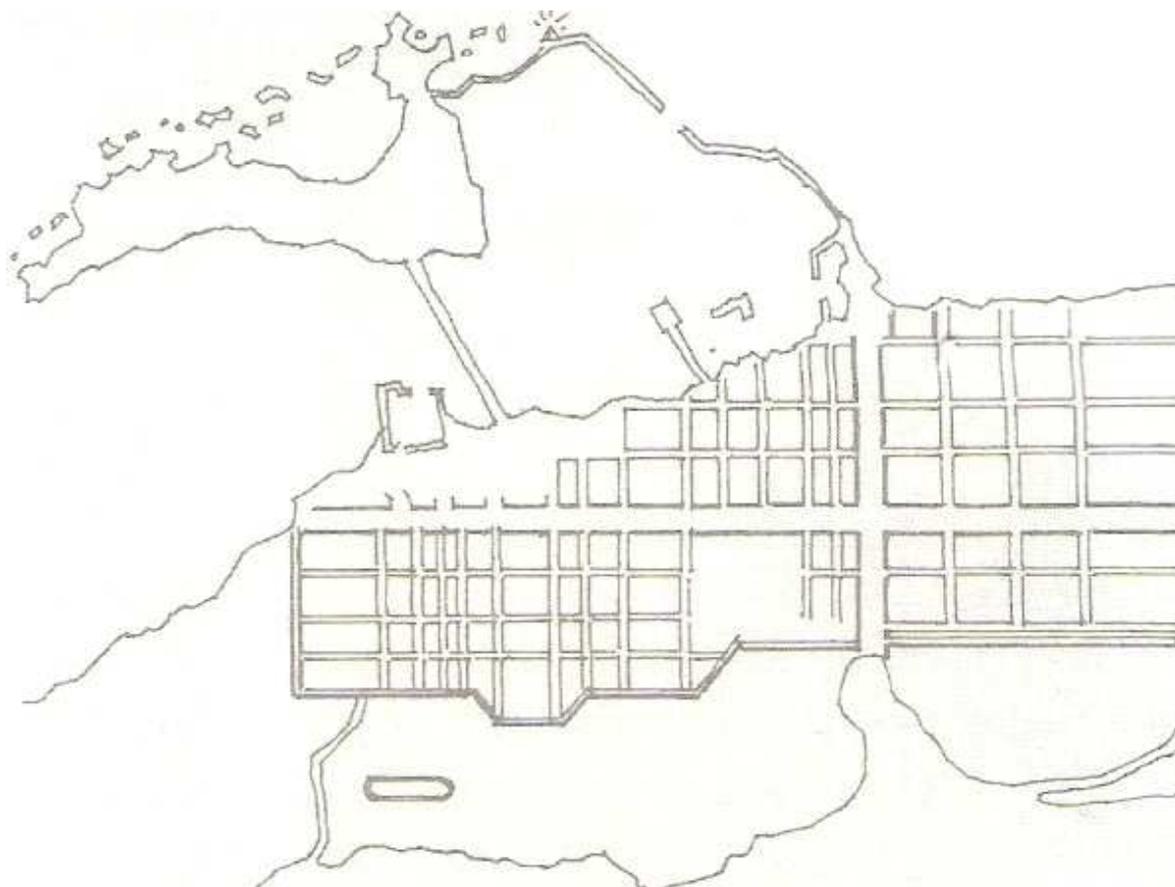


Figura 1 – Planta de Alexandria (331 A. C.) baseada no *castrum* romano.

Fonte: Galantay, 1975.

O traçado ortogonal romano orientado cardinalmente pelos eixos norte-sul e leste-oeste, herdado dos gregos porque considerado extremamente racional e lógico, fora implantado incorporando a característica da flexibilidade nas novas cidades, o que permitia o crescimento de forma ordenada, considerando inclusive os acidentes topográficos e possíveis desvios. A topografia, aliás, era determinante em razão de suas preocupações com a higiene, a drenagem, exposição das construções ao sol, abastecimento de água e vigia.

Com o advento da Modernidade, o nascimento e a consolidação dos Estados-nação exigiu o fortalecimento das cidades-capitais como centros administrativos, sede das principais instituições, e ainda que fossem capazes de promover um sentimento de identidade nacional ou regional. De modo cada vez mais emblemático, o poder político se expressava nas formas arquitetônicas e urbanísticas das cidades-capitais modernas, especialmente nas que surgem a partir de planos urbanísticos. Muitos regimes políticos passaram a fazer uso desse “poder simbólico”, que é manipulado pelo projeto como um meio de legitimar o *status quo* dominante. Complementando, Azevedo (1998, p. 03) lembra que

(...) Enquanto nos séculos XVI e XVII se recuperam velhas capitais, no XVIII projetam-se também novas,— Washington e São Petersburgo —, marcando a formação da nascente nação e a renovação, ocidentalizada e ilustrada, da antiga. Seus planos foram configurados segundo as proposições do urbanismo *iluminista*: engastam a uma ordenação reticulada, núcleos irradiantes, de forma que o policentrismo propicie a justa ênfase dos pontos nodais, monumentais, sem com isso menoscar as demandas funcionais de alocação e de acessibilidade. A euritmia da quadrícula hipodâmica destaca os *lugares* privilegiados, visibilizando uma racionalidade orgulhosa de si nos ornatos em que, decorosa, se reconhece [grifos do autor].

A partir das críticas ao modelo funcionalista extremo, fortemente exemplificado pelos casos de Brasília e Chandigarh, a adoção do traçado em grade ortogonal para novas cidades, largamente utilizado durante a expansão colonial, é retomada em algumas importantes iniciativas de construção de novas cidades na Europa a partir do final da década de 1960, ressurgindo como uma reação à rigidez imposta pelo desenho urbano modernista. Nas palavras de Lacaze (1992, p. 33)

[Milton Keynes, na Inglaterra, e Val-de-Reuil, na França] duas cidades novas vieram a adotar [a malha ortogonal] como princípio organizador de uma planificação flexível e evolutiva, principalmente porque tal Plano não encerra a cidade, antes mesmo que se comece a construí-la, numa forma final definida em detalhe.

Como expressiva vantagem, o macro-plano retangular revela maior flexibilidade e simplicidade, pois possibilita a desconcentração do tráfego, acessibilidade a novas centralidades, o parcelamento do solo em lotes regulares e melhor distribuição da infraestrutura urbana. A desvantagem mais evidente corresponde à necessidade de se percorrer dois lados do retângulo ou do quadrado, ao invés de uma diagonal, por exemplo.

Por fim, Galantay (1975) sinalizou, à época do seu livro, que em áreas despovoadas de países de grande extensão territorial como Rússia, Brasil, Canadá e Austrália, por ocasião do incremento da colonização do interior, seriam requeridas a construção de novas cidades, capitais de novos estados, como centros de serviços especialmente voltados para a produção agrícola, como ocorreu efetivamente no caso de Palmas. O autor aponta ainda a tendência do planejamento de novas cidades em relação à não prefixação de um número finito de habitantes, mas sim de uma flexibilização baseada em etapas de crescimento sucessivas, que pode ser apresentada em possíveis cenários.

Em adição, Lacaze (1992) aponta dois fatores como tendências para planos de novas cidades realizadas no final do século XX, quais sejam: a organização hierárquica para o traçado das redes de serviços urbanos em vias expressas, arteriais, secundárias e terciárias; e a diversidade dos usos do solo crescente, ainda que com limites.

Breve apresentação da concepção de Palmas (1989)

Pouco se sabe sobre a intitulada “última capital planejada do século XX” (SEGAWA, 1991, p. 01): Palmas, fundada em 20 de maio de 1989. O projeto da capital foi encomendado ao escritório “GrupoQuatro” de Goiânia, sob coordenação dos arquitetos Luis Fernando Cruvinel e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, com a previsão de abrigar inicialmente 300.000 habitantes, podendo chegar a 1,2 milhões de habitantes. O partido urbanístico de Palmas, que se estrutura sobre a proposta de um sistema viário hierarquizado e orientado pelos pontos cardeais junto a elementos paisagísticos relevantes – a serra do Lajeado a leste, e o rio Tocantins a oeste, ambos em paralelo ao sítio plano destinado à cidade – que por sua vez, setorizam quadras organizadas segundo os usos, além de generosas áreas de preservação ambiental junto aos córregos que descem da serra em direção ao rio, acrescentando-se ainda a determinação de algumas diretrizes de planejamento da ocupação do espaço urbano futuro, voltadas para o controle da expansão e otimização dos custos relativos à implantação da infra-estrutura.

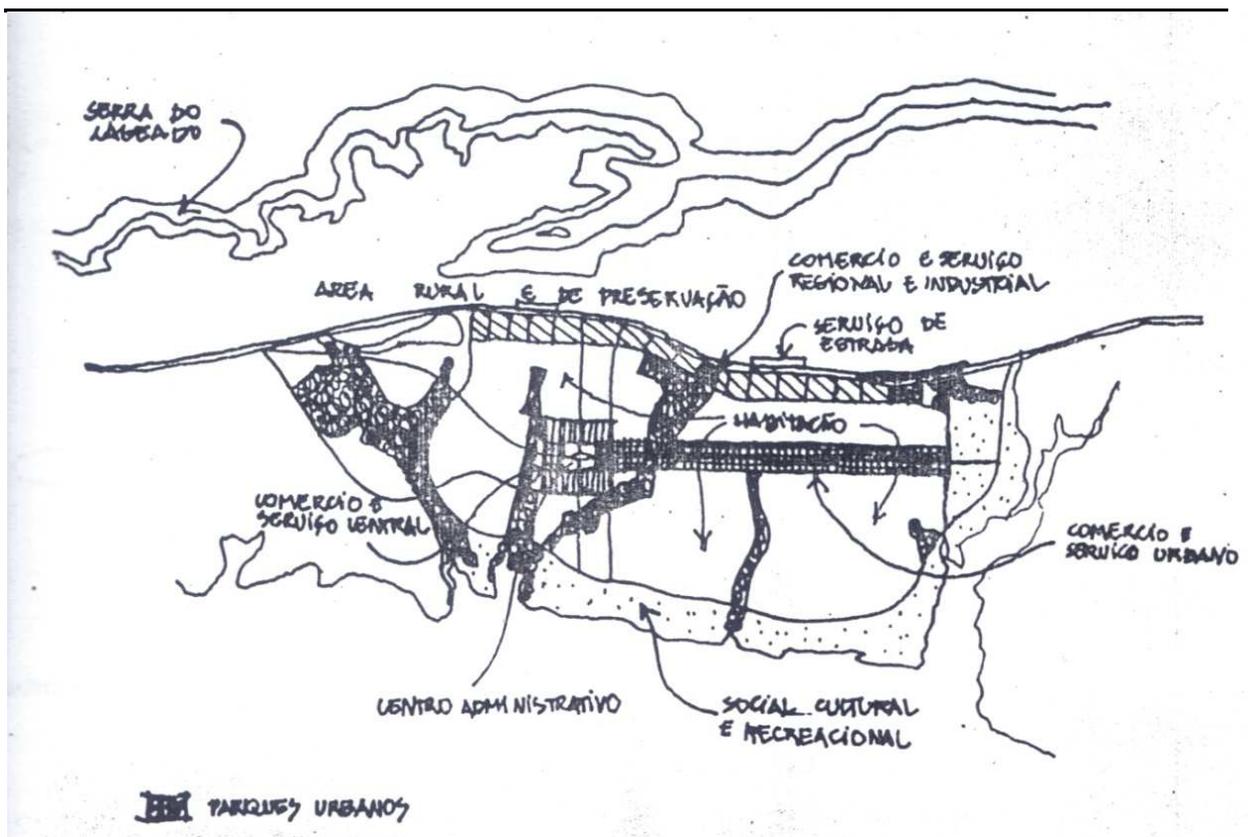


Figura 2 – Croquis esquemático do partido urbanístico de Palmas.

Fonte: GRUPOQUATRO, 1989.

Em seu artigo "Palmas, cidade nova ou apenas mais uma nova cidade?", Segawa (1991) apresenta as capitais planejadas do cerrado, Goiânia, Brasília e Palmas como frutos da ousadia econômica e política não isentas de críticas, tornando-se "realidades

irreversíveis". De fato, tais cidades constituíram-se em exemplos emblemáticos do urbanismo como ato de poder e de estratégia de ocupação do território brasileiro, pela "marcha para o norte e oeste".

Quanto ao título do artigo, o autor explica que Palmas foi idealizada como um aglomerado urbano que seria construído conforme as necessidades sociedade, tendo sido, inclusive, pensada sua expansão sob o ponto de vista técnico, ou seja, "uma cidade aberta, mas - isto é importante - não destituída de princípios" (p.01). Estes princípios, que fundamentam o projeto, serão analisados mais detidamente a seguir.

Segundo o Memorial do Projeto da Capital do Estado do Tocantins (1989), foram propostas as localizações ideais das atividades: institucional, de comércio e indústria - ao longo dos grandes eixos, de moradia e de lazer - próximo às áreas naturais preservadas, levando-se em consideração a preservação da vegetação nativa, os ventos predominantes, a moldura da paisagem pela serra e pelo lago, o bom funcionamento dos acessos viários e o custo da infra-estrutura urbana da cidade. O sistema viário do Plano foi estabelecido por duas vias principais: uma norte-sul, chamada Avenida Teotônio Segurado, e outra leste-oeste, chamada Juscelino Kubitschek, das quais surgem paralelamente as "N-Ss" e as "L-Os", que por sua vez servem de referência para a nomenclatura das quadras. Pensou-se, inclusive, na melhor localização dos equipamentos públicos e privados a partir de três categorias: regionais, urbanos e vicinais.

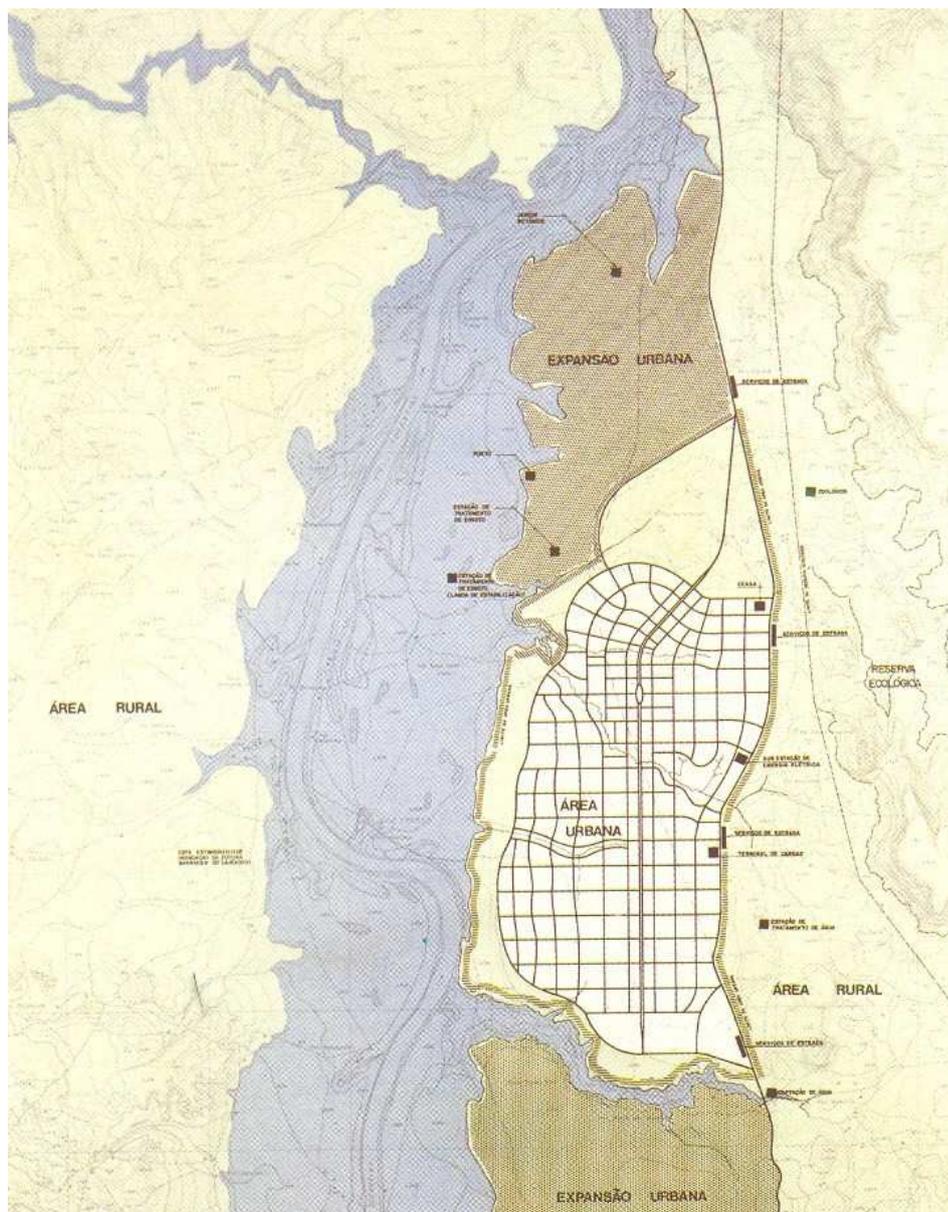


Figura 3 – Traçado de Palmas, à margem direita do rio Tocantins, destacando-se os eixos viários e a configuração das Quadras. Fonte: GRUPOQUATRO, 1989.

A última capital planejada do século XX: Palmas e sua generalidade

À luz de uma perspectiva histórica, podemos afirmar que a concepção de Palmas não foge às origens de casos semelhantes associados à criação de uma nova cidade com a finalidade de servir de suporte físico ao centro do poder político-administrativo em determinada escala, desde os seus exemplos mais antigos. Para tanto, retornaremos à algumas definições e pressupostos teóricos vislumbrando como Palmas se retrata sobre este caráter genérico.

Recuperando o conceito de Mumford (1945), podemos reconhecer preocupações com o futuro, primeiro em um pensamento maior sobre o significado da capitalidade como expressão da hereditariedade em uma forma concreta que é a cidade – um bem deixado para outras gerações vindouras – e num segundo momento, ao ressaltar uma qualidade importante para se pensar em uma nova cidade sede do poder, qual seja, sua capacidade de “alargamento estrutural”, isto é, a flexibilidade do seu desenho, como algo que possibilita as adaptações necessárias aos diferentes contextos sócio-espaciais do porvir.

Sobre tais aspectos, o caráter flexível do projeto de Palmas no tocante às diretrizes de ocupação proposta em fitas e fases de adensamento tinha como objetivo estabelecer uma unidade formal de acordo com a dinâmica de crescimento da cidade, o que de certa forma, marca o poder fundador da capital e se sobrepõe a qualquer outro que assuma esta posição futuramente. Portanto, olhando do futuro para o presente, os futuros habitantes teriam uma “herança social acumulada” de fato, porém oriunda de um passado que começa em 1989, marco do nascimento (desenho) da cidade.

Esse marco zero civilizatório possui um simbolismo tão forte que introduz a idéia de ausência total, isto é, de que não havia nada antes de Palmas ter sido criada, bem como não havia nenhuma história urbana, política, econômica ou social importante passível de ser mencionada frente ao evento avassalador da autonomia do estado do Tocantins e o sucesso de seu líder. A nova capital simbolizaria um recomeço, sem o peso da história de tentativas frustradas de emancipação, decadência econômica e isolamento geopolítico, que qualquer outra cidade existente que viesse a abrigar a sede do estado traria registrada em suas formas construídas.

Neste ínterim, a noção de “nova cidade-capital artificial” se aplica de modo eficiente, quando poderíamos ratificar a concepção de Palmas como um instrumento político eficaz na intenção de transmitir os sentimentos de orgulho e referência, cujo poder simbólico se expressa pelo seu partido, que por sua vez se constituiu como forma de legitimar o novo poder, do homem político que viabilizou a autonomia e ascendeu ao governo do mais novo estado da federação.

É interessante observar que a cruz formada pelos dois grandes eixos viários da capital, nos sentidos norte-sul e leste-oeste, cruz esta onde está localizada a sede do governo estadual nos seus poderes executivo, legislativo e judiciário, representa o local onde Siqueira Campos colocaria em prática sua atuação política tão almejada, além de marco espacial da divisão macroparcelada da cidade, determinado pelos dois grandes nomes inspiradores do líder em seu intento, quais sejam: Juscelino Kubitschek e Teotônio Segurado. Portanto, simbolicamente representado no projeto, Siqueira Campos é o ponto em que se encontram a luta separatista expressada pela figura de Segurado (o eixo maior, norte-sul, representando um evento longo), bem como a eficiência e marca da

“modernidade” impressa pelo ex-presidente e idealizador de Brasília, JK (o eixo menor, representando a rápida ascensão deste político à presidência do país e seu “estilo” desenvolvimentista). Esses aspectos revelam a face legitimadora do novo líder no projeto, que elegeu simbolicamente um plano mais elevado para edificar o Palácio do Governo, cuja “superioridade” deveria representar seus “méritos” a fim de consolidar sua imagem como um dos grandes personagens políticos da região.

No mesmo lado da balança, podemos analisar a situação do(s) urbanista(s) autores da idéia da cidade. Do ponto de vista do pressuposto adotado – o “urbanismo como um ato de poder” – no que diz respeito ao compromisso que o(s) projetista(s) de uma nova capital possui(em) com as gerações de moradores de se adequarem a um determinado arranjo formal por eles criados, é possível afirmar que para além da importância inicial do líder político fundador que sempre será lembrado como tal, caberá às formas construídas da maneira como foram precisadas no papel o protagonismo maior no sentido de perpetuação de um conjunto de significados, a partir de uma coordenação mental que efetuou suas escolhas projetuais e elegeram seus critérios de decisão oriundos da “conduta de urbanismo” desses a(u)tores com suas posturas ideológicas pessoais e profissionais.

De modo resumido, a memória e a reverência ao líder fundador decresce com o tempo muito mais rapidamente e atingem um nível estabilizado (estamos falando em décadas) se comparado à herança física, material, de um desenho organizador e reproduzível de uma estrutura urbana flexível (estamos falando em séculos), por mais que se admita que os habitantes possuem uma relação dialética com o espaço em que vivem, que o transforma e se transforma mutuamente. Os autores do projeto da nova capital terão, assim, uma forma de poder, de domínio das coisas, que transcende o poder político do novo líder em seu tempo de vida.

Ainda sobre os urbanistas, interessante notar nos seus relatos uma tentativa de minimizar a abrangência desse poder ao se assumir o tempo exíguo para a elaboração do projeto e a delegação da criação do projeto a Deus, ao afirmarem que o traçado de Palmas foi determinado pela natureza, pela topografia e forma do sítio, pelos enquadramentos paisagísticos proporcionados pelos limites físicos do rio Tocantins (posteriormente Lago) e a Serra do Lajeado. Tais construções reduzem intencionalidades e suas respectivas condutas impressas no momento da concepção. Coincidentemente, cabe recordar os argumentos semelhantes utilizados por Lúcio Costa como justificativa para a implantação de Brasília.

Uma ressalva importante refere-se a um aspecto comum a quase todos os projetos para novas capitais no século XX, associado à prática profissional do urbanismo. O dia-a-dia do escritório e das equipes de trabalho em ação projetiva ininterrupta tende a inviabilizar uma reflexão mais aprofundada sobre o que se faz e como se faz: as limitações do prazo, a inadimplência dos clientes, o método de trabalho pouco comprometido com o caráter

científico, influência da criatividade como algo subjetivo e especial, superposição com outros projetos em andamento, enfim, toda essa conjuntura peculiar de atuação profissional acaba por esconder, até mesmo dos próprios profissionais, armadilhas ideológicas introspectadas e ocultadas que se repercutem na conduta do urbanista, determinadas pela separação entre o saber teorizado e a ação prática, propriedade do urbanismo moderno.

Conclusões

O urbanista é (...) uma figura inevitavelmente situada entre a ética do poder e a busca de uma verdade consensual (SECCHI, 2006, p. 52).

O que há de criatividade, ou novidade, nas experiências que antecederam Palmas, como as “novas cidades” européias, quando comparadas à revolução causada pelas cidades modernistas fruto dos CIAMs – como Brasília, por exemplo? Insistimos, pois, que a ruptura com a monumentalidade espetacular obtida pelo controle de toda forma urbana, definida no detalhe, é assumida com a expressão “simplicidade”.

O referencial das novas cidades européias, cuja base é a experiência de Milton Keynes, confere a Palmas uma pretensa contemporaneidade e legitimação por apoiar-se sobre um modelo internacional, assim como aconteceu com as demais capitais brasileiras apontadas pelos autores como casos estudados. Acreditamos que a extinção brusca do programa que teve suas origens no planejamento regional e metropolitano na Inglaterra, a partir do final da década de 1970, tenha rompido também com estudos comparativos mais detalhados entre as duas experiências.

Em adição, com a ascensão do neoliberalismo, a atuação do Estado na criação de novas cidades perdeu força e esse tipo de experiência não teve continuidade. Esta retração favoreceu a excepcionalidade do caso de Palmas, “última capital planejada do século XX”. A referida expressão, ao nosso ver, adquiriu dois sentidos:

- a) última, porque não haveria, de maneira genérica, a necessidade de se projetar cidades frente à grande importância dada aos projetos pontuais de intervenção urbana em áreas consolidadas – foco principal do urbanismo contemporâneo – o que se revelaria incorreto, dada a expressiva quantidade de novas cidades surgidas em países de grande extensão territorial como o próprio Brasil, além de Índia, Canadá e Austrália, sem desconsiderar outras experiências no continente africano e asiático. E,
- b) última, porque em razão de ter sido concebida no século XX, pertence a uma mesma “receita” utilizada em todas as propostas para capitais deste período, e assim, para o novo século que se avizinhava e o novo urbanismo a ser praticado neste, cujo modelo anterior

não mais obteria repercussão. Aí reside outro equívoco, visto que as correntes emergentes não se ativeram ao assunto.

À luz desta constatação, configurou-se uma lacuna sobre a concepção de novas cidades no urbanismo contemporâneo, com ausência de reflexão teórica para conduzir a prática frente à imperativa necessidade de se construí-las, principalmente em países de grande extensão territorial e economia em desenvolvimento, como o Brasil.

A proposta urbanística para a nova capital do Tocantins resulta, pois, de uma experiência contemporânea para o urbanismo pensado em sua época, cujo contexto histórico e os acontecimentos possuem inúmeras semelhanças com a concepção de Brasília – o que não poderia deixar de acontecer face à importância simbólica e urbanística, além da proximidade com a capital federal – ainda que referenciada não por este projeto, mas por outros, mais recentes e adequados às preocupações urbanas daquele tempo, juntamente com seu contexto político local de emancipação do norte goiano e a integração regional e multimodal facilitada pela localização geográfica central de Palmas, influenciando sobremaneira a produção agrícola e a expansão do agronegócio no centro-norte do Brasil, entre outros aspectos.

De modo complementar, embora não menos importante, a hipótese de que a concepção de Palmas é fruto do urbanismo contemporâneo ao seu tempo diverge diametralmente do senso comum, que imprime à Palmas o rótulo de “cópia em menor escala de Brasília”. Neste aspecto, buscamos elucidar que em relação ao partido, há diferenças fundamentais, apesar de permanências estruturantes em razão de ambas constituírem-se como cidades capitalistas modernas por excelência.

Por fim, gostaríamos de salientar que este artigo, longe de esgotar as discussões aqui apresentadas, deve ser encarado, de um lado, como um convite a explorar o imenso (e quase inexplorado) laboratório de urbanismo e planejamento urbano que é Palmas.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 1983.

_____. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AZEVEDO, Ricardo Marques de. A formação das capitais e o advento das metrópoles. In: V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Anais. Campinas, 1998. CD-ROM.

GALANTAY, Eryvn. Nuevas Ciudades: de la antigüedad a nuestros días. Barcelona: Gustavo Gilli, 1975.

GRUPOQUATRO. Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico. Goiânia, 1989 (Mimeog.).

- LACAZE, Jean-Paul. Os métodos do urbanismo. Campinas: Papirus, 1992.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MUMFORD, Lewis. La cultura de las ciudades. Buenos Aires: Emecé, 3 vol., 1945.
- _____. A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PENNA, J.O. de Meira. Quando mudam as capitais. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. Caderno de Revisão do Plano Diretor. Palmas: Instituto de Planejamento Urbano de Palmas, 2002. 36 p.
- REZENDE, Vera. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ROSSI, Aldo. Arquitetura da Cidade. São Paulo: Martins Fontes. 2001. 306 p.
- SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SEGAWA, Hugo. Palmas, cidade nova, ou apenas uma nova cidade? Revista Projeto. São Paulo, n. 146, out. 1991.
- VALE, Lawrence. Architecture, power and national identity. Yale: Yale University Press, 1992.

Notas

¹ Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas no âmbito de nossa Tese de Doutorado, intitulada “A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna”, defendida em agosto de 2009 no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da FAU/UFRJ.

² A qualificação “artificial” não deve ser entendida como algo pejorativo, e sim como uma qualidade do que é elaborado pelo artifício, pela atividade consciente do trabalho social para atender um ou mais objetivos específicos.

Nome do arquivo: ANPUR 2011 - ABAV.doc
Pasta: C:\Documents and Settings\Jorge.FAMILIA\Desktop
Modelo: C:\Documents and Settings\Jorge.FAMILIA\Dados de aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dot
Título: Normas para apresentação de trabalho completo
Assunto:
Autor: Bia
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 6/1/2011 14:41:00
Número de alterações:2
Última gravação: 6/1/2011 14:41:00
Salvo por: Jorge
Tempo total de edição: 1 Minuto
Última impressão: 6/1/2011 14:46:00
Como a última impressão
Número de páginas: 17
Número de palavras: 5.976 (aprox.)
Número de caracteres: 32.272 (aprox.)